



Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

A Internacionalização na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: influências, concepções e estratégias

The Internationalization in the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education: influences, conceptions, and strategies

Recebido: 01/04/2025 | **Revisado:**

01/08/2025 | **Aceito:** 19/08/2025 |

Publicado: 30/09/2026

Marcio Watanabe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5747-9820>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Email: marcio.watanabe@ifsc.edu.br

Marcia Regina Selpa Heinzle

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-8065>

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Email: selpa@furb.br

Como citar: WATANABE, M; HEINZLE, M.

R. S. A Internacionalização na Rede

Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica: influências,

concepções e estratégias. **Revista**

Brasileira da Educação Profissional e

Tecnológica, [S.l.], v. 02, n. 26 p.1-21

e18453, set. 2026. ISSN 2447-1801.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Resumo

O presente artigo trata-se de um estudo das políticas de internacionalização de cinco Institutos Federais da região Sul, onde buscamos identificar influências, concepções e estratégias de internacionalização. A análise ocorreu a partir do contexto nacional e regional, na perspectiva de desvelar a compreensão atribuída à internacionalização. Enquanto resultados, denotamos uma perspectiva de internacionalização plural, inclusiva e equitativa como alternativa para atender toda comunidade acadêmica, de modo a promover a preservação da identidade cultural e o respeito ao contexto local. Assim sendo, são evidências de superação da concepção de internacionalização demasiadamente orientada para mobilidade acadêmica de saída, como também maneiras de minimizar desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Palavras-chave: Internacionalização; Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Políticas; Concepções; Estratégias.

Abstract

This is a study of the internationalization policies of five Federal Institutes in the South region, where we seek to identify influences, concepts and internationalization strategies. The analysis was carried out from the national and regional context, with a view to revealing the understanding attributed to internationalization. As results, we denote a perspective of plural, inclusive and equitable internationalization as an alternative to serve the entire academic community, in order to promote the preservation of cultural identity and respect for the local context. Therefore, they are evidence of overcoming the concept of internationalization that is too oriented towards outgoing academic mobility, as well as ways to minimize social, economic and cultural inequalities.

Keywords: Internationalization; Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education; Policies; Conceptions; Strategies.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização da/na Educação é uma realidade cada vez mais presente na educação superior (Pereira; Heinzle, 2015) e avança rumo à educação básica (Thiesen, 2021; Stallivieri et al., 2022) e à educação profissional, científica e tecnológica. Neste contexto, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), nos posicionamos no sentido de que o fenômeno da internacionalização implica, também, em pesquisas e estudos para fins de mensuração dos impactos qualitativos.

Embora o conceito de internacionalização seja recente, sua prática foi endossada durante a pandemia, quando, no âmbito da Educação, professores e estudantes de diferentes locais, regiões e até países puderam se aproximar por meio de tecnologias digitais, abrindo caminho para o crescimento da internacionalização para todos os estudantes e professores (Woicolesco; Cassol-Silva; Morosini, 2022). Como exemplos, podemos citar as seguintes aplicações: *Collaborative Online International Learning* (COIL); realização de *webinars*; cursos de curta duração e/ou com dupla titulação (Woicolesco; Cassol-Silva; Morosini, 2022); intercâmbios virtuais; criação de redes colaborativas de pesquisas; atividades de ensino e extensão, envolvendo aulas, palestras, ministradas por professores convidados; eventos de divulgação científica regionais, nacionais e/ou internacionais não presenciais, entre outras ações de internacionalização em casa (*Internationalization at Home*) (IaH) sustentadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Além disso, a incorporação das TICs na internacionalização abriu espaço a uma proposta emergente: a virtualização da IaH (Woicolesco; Cassol-Silva; Morosini, 2022) e a internacionalização híbrida (Stallivieri; Snoeijer; Melo, 2022)

Assim sendo, a presente pesquisa visa identificar influências, concepções e estratégias de internacionalização nas políticas de internacionalização institucionais da na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e nos demais documentos publicizados na página de internet oficial das respectivas instituições a partir dos pressupostos do contexto de influência e da produção do texto, de Ball, e da Análise de Conteúdo (AC), de Bardin.

A seguir, apresentamos a seção teórico-metodológica, em que descrevemos a estrutura organizacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), especialmente no que se refere aos processos de internacionalização, considerando sua configuração legal e territorial. Tal caracterização é essencial para contextualizar a análise das políticas institucionais (PIs) de internacionalização, uma vez que a RFEPECT constitui uma rede pública nacional com especificidades normativas, organizacionais e regionais que impactam diretamente as estratégias adotadas por seus institutos. Além disso, esta seção detalha os níveis de investigação utilizados na pesquisa, justificando o percurso metodológico adotado com base na complexidade do objeto estudado e na necessidade de compreender a articulação entre instâncias deliberativas (como o Conif, a CRI e o Forinter) e as unidades institucionais envolvidas. Dessa forma, busca-se oferecer os subsídios teóricos e contextuais necessários para fundamentar as

análises e interpretações dos dados apresentados. Na sequência, sinalizamos os resultados e discussões. Por fim, tecemos as considerações finais da pesquisa.

2 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA RFEPT E OS PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Com o intuito de apresentar a organização da RFEPT em relação à internacionalização, bem como os desdobramentos das influências, concepções e estratégias institucionais, analisamos diferentes instâncias, desde órgãos nacionais, com funções regulatórias e institucionais em nível regional.

Nesse contexto, a presente pesquisa delimitou metodologicamente três níveis de análise: contexto nacional (macro), contexto regional (meso) e campus (micro). Neste artigo, exploramos os dois primeiros níveis, macro e meso, na perspectiva de desvelar a compreensão atribuída à internacionalização.

Adotamos tal segmentação da RFEPT justamente pela atuação em rede das diversas instituições que a compõem, bem como por sua estrutura de funcionamento multicampi e das especificidades de cada contexto, regional e local, em função das questões geográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Compreendemos que a divisão em níveis proporciona maior compreensão dos contextos do Ciclo de Políticas (CP), de Ball, e situa o interlocutor sobre a atuação vertical dos formuladores das políticas e acerca da atuação dos protagonistas das políticas de internacionalização na RFEPT.

A partir do pressuposto de que os órgãos nacionais, nível macro, são entidades responsáveis que regulam e, ao mesmo tempo, formulam e propõem políticas públicas no âmbito da RFEPT, empregamos o delineamento metodológico ilustrado na Figura 1, a seguir. O objetivo está em vislumbrar o modo como opera a rede, desde o contexto de influência, a formulação de políticas nacionais, nível macro, perpassando pelas instituições, nível meso, contexto da produção do texto, até o contexto da prática e dos efeitos da política, nível micro. Ainda assim, salientamos que nos atemos aos contextos de influência (macro) e produção de texto (meso) neste artigo.

Figura 1: Diagrama dos níveis de análise das políticas institucionais



Fonte: elaborada pelos próprios pesquisadores.

Conforme objetivo apresentado na introdução, na Figura 2, a seguir, elencamos, para a geração dos dados, os seguintes documentos relativos à internacionalização presentes na RFEPECT:

Figura 2: Diagrama dos documentos selecionados para pesquisa das influências, concepções e estratégias de internacionalização



Fonte: elaborada pelos próprios pesquisadores

Analizamos, portanto:

a) diretrizes para a elaboração da política de internacionalização da RFEPECT, documento organizado e publicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Foram consideradas, ainda, informações oficiais divulgadas nos canais de comunicação nacionais, como a página oficial na internet do Conif e os conteúdos disponibilizados nos menus da Câmara de Relações Internacionais (CRI) e do Forinter (nível macro); e;

b) Políticas de Internacionalização (PI) de cinco Institutos Federais da região Sul que compõem a RFEPECT; e a página oficial institucional de internet das respectivas Assessorias Internacionais vinculada às reitorias das instituições (nível meso).

Justificamos a investigação na página oficial de internet das instituições, uma vez que o contexto de influência e da produção de texto das políticas requer o emprego de técnicas que vão além do texto da política, ou seja, implica na geração de dados que possam suprir questionamentos, lacunas acerca da influência e produção do texto das políticas.

A seleção do *corpus* de análise é diversa, em função dos seguintes pressupostos:

a) a internacionalização na RFEPECT é demasiadamente orientada para mobilidade acadêmica, oferta de cursos de idiomas e o estabelecimento de parcerias interinstitucionais. Consequentemente, há outras perspectivas de internacionalização que vêm sendo discutidas nos últimos dez anos, tais como a internacionalização do

currículo (*Internationalization of the Curriculum*) (IoC), internacionalização virtual, internacionalização integral e a internacionalização em casa, as quais são, naturalmente, pouco difundidas. Entretanto, o movimento de inclusão de tais perspectivas começa a tomar forma em função da possibilidade de ampliação e acesso à internacionalização para toda a comunidade acadêmica, interferindo, conseqüentemente, nas políticas institucionais existentes e que estão por vir;

b) a efetivação da internacionalização na RFEPT é uma realidade para uma significativa parcela da comunidade acadêmica. Contudo, há a necessidade de aprimoramento e ajustes para que a internacionalização possa ser mais abrangente e, ao mesmo tempo, acessível, plural, inclusiva e, sobretudo, equitativa; e

c) as ações de IaH têm sido realizadas de forma minoritária, embora representem abordagens promissoras e potentes. Essas ações proporcionam experiências internacionais e interculturais acessíveis a todos, sem exceção, preservando a identidade cultural e respeitando o contexto local. Dessa forma, contribuem para a promoção de reparações sociais no contexto institucional, além de suprir lacunas existentes nas políticas de internacionalização vigentes.

Assim sendo, é de suma importância nos aprofundarmos na análise do atual estágio da internacionalização na RFEPT, bem como trazermos influências, concepções e estratégias em vigor, justamente para desvelarmos evidências empíricas para posteriores reflexões críticas e articuladas. A fim de propormos conhecimentos que possam, cada vez mais, qualificar a RFEPT para o exercício da missão institucional.

2.1 CONTEXTO NACIONAL – MACRO: CONIF E FORINTER

Inicialmente, no tocante ao nível macro, as principais iniciativas, no âmbito da RFEPT, são orientadas com base na Política de Relações Internacionais dos IFs, elaborada pelo Forinter, fórum criado em 30 de julho de 2009, em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), à qual esteve vinculada até o ano de 2011. Na ocasião, este fórum foi composto por gestores, assessores ou responsáveis por assuntos internacionais das instituições da RFEPT no Brasil.

Numa perspectiva macro, em âmbito nacional, foram necessários, primeiramente, o estudo detalhado das informações contidas no site do Conif e, posteriormente, a pesquisa documental das diretrizes de internacionalização elaboradas para orientar as instituições vinculadas à RFEPT.

2.1.1 Conif: espaço de discussão, proposição e promoção de políticas

A seleção do Conif, enquanto campo de estudo, diz respeito à representatividade institucional, por ser uma instância deliberativa, notadamente reconhecida por seu caráter decisório e devidamente regulada e autorizada pela

SETEC/MEC. Tal afirmação pode ser ratificada pelas próprias informações no site oficial do Conif, uma vez que o próprio conselho reitera que é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação.

Para compreender a atuação do Conif, o Quadro 1 traz a missão, a visão e os valores preconizados pelo conselho. Conforme destacado, a missão da RFEPT é oferecer educação gratuita e de qualidade, socialmente referenciada. Sua visão busca o reconhecimento como uma EPCT inovadora e, sobretudo, inclusiva, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Quadro 1: Missão, visão e valores do Conif

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Fortalecer as instituições da rede federal por meio da sua articulação e representação política, em benefício da educação profissional, científica e tecnológica pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma articulação entre educação profissional, científica e tecnológica inovadora e inclusiva.	União, gestão democrática, sustentabilidade, equidade , transparência, ética e solidariedade.

Fonte: elaborado pelos próprios pesquisadores com base na página oficial de Internet do Conif.
Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>.

De acordo com as informações disponíveis no site do Conif, sendo a última consulta em março de 2025, são listadas, explicitamente, e destacadas, de modo claro e objetivo, oito áreas estratégicas do conselho para a internacionalização, conforme discutidas a seguir:

a) fortalecimento da cooperação técnica e acadêmica Sul-Sul: embora o site não apresente um detalhamento específico sobre a cooperação Sul-Sul, porém consideramos que tal concepção, as parcerias são simétricas e os pressupostos de reciprocidade são efetivamente colocados em prática;

b) formação de servidores e gestores – integralidade e multiculturalidade: novamente, embora não se tenha clareza da conceituação de integralidade e multiculturalidade por parte do Conif, consideramos que a concepção de internacionalização integral, envolve toda comunidade acadêmica, sem exceção, de modo plural, diverso, inclusivo e, sobretudo, equitativo;

c) promover a sensibilização institucional para desenvolver a cultura para a internacionalização: nesta perspectiva, defendemos o reconhecimento da cultura no contexto da internacionalização, porém não na vertente de modelos de internacionalização hegemônicos, excludentes e que reproduzem as desigualdades sociais, econômicas e culturais em âmbito educacional;

d) implementação da agenda de desenvolvimento sustentável: nesta pesquisa, analisamos concepções e práticas de internacionalização sustentáveis que, de fato, estão alinhadas com os compromissos de sustentabilidade, os quais vão na contramão de práticas tradicionais de internacionalização com características coloniais e demasiadamente mercadológicas;

e) internacionalização como ação transversal ao ensino, pesquisa e extensão: encontramos práticas de internacionalização do currículo em casa, bem como na pesquisa e na extensão, onde há valorização de diversos saberes internacionais, regionais, locais, em detrimento de práticas epistemológicas únicas; e

f) fortalecimento do ensino de idiomas: consideramos abertura para o plurilinguismo, diversidade de idiomas, onde outros idiomas são igualmente considerados, sem quaisquer relações de dominância de uma língua em relação a outra.

Assim sendo, compreendemos que a elaboração de áreas estratégicas por parte do Conif, de certa maneira, releva as concepções de internacionalização do conselho.

Também denotamos, no texto do site do Conif, a intensificação do processo de internacionalização da rede federal a partir do movimento de intercâmbio de conhecimentos para o fortalecimento da educação profissional brasileira. Tal afirmação se sustenta quando se observam, empiricamente, os esforços do Conif na elaboração de documentos, na forma de diretrizes, mediante o compartilhamento de orientações e conhecimentos produzidos internamente na rede, bem como a organização de reuniões e encontros, nacionais e regionais, periodicamente, na modalidade presencial e/ou virtual (por ocasião do período de enfrentamento da pandemia de Covid-19).

Cabe enfatizarmos a importância dada pelo Conif à publicação de relatórios com o objetivo de diagnosticar o panorama da internacionalização na rede para que medidas possam ser tomadas pelas gestões das instituições, de modo estratégico, para a superação das próprias lacunas apontadas no relatório.

Outra estratégia destacada pelo site diz respeito à atuação estratégica, em rede, e integrada de um montante de 41 instituições, no sentido de garantir benefícios coletivos para as unidades que compõem a rede e, por conseguinte, assegurar o crescimento sustentável e recíproco.

Enquanto concepção da internacionalização, no site do Conif, é notório o posicionamento de que a internacionalização é considerada uma ferramenta de desenvolvimento institucional e de pessoas capaz de incrementar a qualidade da educação. Por esse motivo, é considerada um mecanismo relevante. Também é reconhecido, nas próprias informações do site, que a internacionalização é um processo abrangente e contínuo, que demanda cooperação técnica, o aperfeiçoamento da gestão, o estudo de idiomas e, principalmente, a preparação dos estudantes e servidores para a atuação em cenários multiculturais, permeados por uma lógica mundial baseada no conhecimento. Entretanto, questionamos de que tipo de lógica do conhecimento se trata, uma vez que a conotação é de conhecimento como forma de capital orientada para lógica de mercado internacional.

Tais concepções nítidas do Conif implicam, novamente, na busca por evidências empíricas que sustentam tal posicionamento, a fim de analisar a tradução das políticas institucionais de internacionalização em escala macro, meso e micro, considerando a opinião dos atores sociais institucionais e, ao mesmo tempo, os contextos local, social, econômico e cultural.

Outra concepção enfatizada no site do Conif, uma das mais importantes, dada a sua contemporaneidade, é o incentivo à difusão das culturas e à prática da solidariedade entre os povos.

Compreendemos, então, que as estratégias do Conif foram formuladas e baseadas a partir do entendimento estabelecido na Declaração da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (Cres, 2018), uma vez que o próprio site do Conif destaca que a internacionalização é tida como uma “ferramenta chave para a formação de cidadãos e profissionais, respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com a cultura da paz e com a capacidade para conviver e trabalhar em comunidade local e mundial” (Cres, 2018, p. 66).

A partir da estrutura de gestão organizacional do Conif e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho, são periodicamente definidas as prioridades das ações de relações internacionais, sendo elas: (I) prospectar e articular iniciativas com parceiros nacionais e internacionais; (II) propor iniciativas voltadas ao incremento do processo de internacionalização da rede; (III) viabilizar às instituições oportunidades de formação e capacitação a partir de parcerias com outros países; e (IV) promover a divulgação da rede a potenciais parceiros e apoiar a organização de eventos de caráter internacional.

2.1.2 Forinter: fórum-chave na proposição de ações de internacionalização

Para compreendermos a atuação estratégica do Forinter enquanto órgão representativo das 41 instituições vinculadas à RFEPCT, a seguir, apresentamos a síntese do regimento do fórum, documento citado anteriormente, elaborado em 2011. O Forinter regulamenta os principais objetivos, bem como o papel dos Assessores Internacionais (AI) no âmbito dos IFs por meio da aprovação de seu estatuto, em 2011, momento em que o Forinter deixa de estar vinculado à SETEC e passa a estar sob responsabilidade da então recém-criada Câmara de Relações Internacionais (CRI) do Conif.

Consta no documento o objetivo principal do Forinter, de propor e articular as ações internacionais das instituições que compõem a RFEPCT. Portanto, de acordo com tal regimento, indicamos que o Forinter é um fórum-chave na proposição de ações de internacionalização, bem como uma instância imprescindível enquanto canal de comunicação entre o Conif, em nível nacional, e as demais instituições, em nível meso, que compõem a rede.

Cada membro do Forinter, seja gestor, assessor ou responsável pelas relações internacionais de cada uma das instituições, deve comunicar e articular as ações internamente nas respectivas instituições de modo que os servidores nomeados como representantes da internacionalização nos câmpus, em nível micro, possam realizar ações de internacionalização.

Além disso, conforme o regimento, o Quadro 2 representa os objetivos específicos do Forinter, acompanhados das respectivas categorias de análise para fins de análise e discussão.

Quadro 2: Objetivos específicos do Forinter e respectivas categorias de análise e discussão

Objetivos específicos	Categoria de análise e discussão
I. Assessorar a Câmara de Relações Internacionais do Conif;	Influência administrativa (contexto de influência) – o Conif exerce influência direta na atuação do Forinter enquanto operacionalização da internacionalização na RFEPT, sendo assim a ideologia do Conif, instância macro, reverbera nos IFs (meso) e nos câmpus (micro). Assim, no campo de disputas na RFEPT, denotamos o poder decisório do Conif acerca da perspectiva de internacionalização.
II. Viabilizar a implementação das ações internacionais previstas no planejamento anual do Conif;	
X. Estabelecer uma interrelação com os demais fóruns do Conif , bem como ações correlatas para o desenvolvimento das ações internacionais da RFEPT;	
IV. Promover a cooperação e o intercâmbio internacionais das Instituições da RFEPT do Brasil, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;	
V. Estimular a inserção internacional das Instituições da RFEPT, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação dos seus estudantes, professores e técnicos administrativos;	
VIII. Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais das instituições da RFEPT;	Protagonista no contexto da prática – o Forinter é peça chave na mediação da perspectiva de internacionalização da RFEPT, bem como sua execução no contexto da prática, a partir do estabelecimento de acordos de cooperação, qualificação integral da comunidade acadêmica e o engajamento institucional.
XI. Trabalhar para a extensão do processo de internacionalização da RFEPT à discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;	
III. Dar visibilidade às ações das instituições da RFEPT, em âmbitos nacional e internacional;	
VI. Promover atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público.	
VII. Promover eventos para possibilitar o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições de ensino técnico e tecnológico;	
IX. Debater e apresentar ideias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das unidades responsáveis pelas relações internacionais das instituições da RFEPT.	Comunicação dos efeitos, resultados, da política – o Forinter exerce a comunicação dos efeitos, resultados, da internacionalização
XII. Conhecer e divulgar diferentes práticas de políticas públicas da EPT, além de outras culturas e idiomas.	
	Posicionamento estratégico na política de internacionalização – o Forinter é a instância responsável pela promoção da internacionalização, do debate político, como também exerce posição estratégica tanto na formulação de políticas (contexto da produção de texto) e no exercício do protagonismo na (re)formulação (reposicionamento) de políticas de internacionalização.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Observamos evidências empíricas que proporcionam interpretações para a formulação das concepções e estratégias do Forinter acerca da internacionalização, as quais constam no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Concepções e estratégias do Forinter presentes no regimento

Concepções (C)	Estratégias (E)
(C-I) O processo de internacionalização envolve todos os atores institucionais, gestão, estudantes, professores e técnicos administrativos. (C-II) A internacionalização está em constante processo e deve ser discutida nos currículos, na pesquisa, no ensino, na extensão e em outros setores das instituições (C-III) A internacionalização requer o estabelecimento de diálogo, acordos de cooperação, intercâmbio e parcerias interinstitucionais.	(E-I) Atuar estrategicamente em redes colaborativas, uma vez que a rede conta com diversas instituições vinculadas; (E-II) Qualificar os profissionais da comunidade acadêmica, gestores, professores, servidores administrativos e estudantes para assuntos relacionados à internacionalização; (E-III) Comunicar, publicizar as diversas práticas, ações de internacionalização e políticas públicas nos âmbitos nacional e internacional; (E-IV) Ampliar os canais de comunicação institucionais, bem como fomentar o compartilhamento de ideias, práticas, e incentivar os ambientes de diálogos institucionais.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores com base no regimento do Forinter (2011)

Ainda assim, observamos que a concepção I (C-I) reforça o posicionamento do Forinter na perspectiva da internacionalização integral, em que toda comunidade acadêmica deve estar envolvida com os processos de internacionalização, enfatizando a responsabilidade dos atores institucionais para função que lhes cabe. Outro destaque é a concepção II (C-II), onde a internacionalização é reconhecida em constante processo e por este motivo deve ser debatida e discutida. Salientamos, portanto, a importância da reflexão e da crítica para o modelo de internacionalização que se objetiva, ou seja, internacionalização sob a perspectiva plural, inclusiva e equitativa ou para reprodução de modelos de internacionalização hegemônicos, centradas em ideologias mercadológicas, em que a educação é vista única e exclusivamente como serviço.

2.1.3 Diretrizes para a elaboração da Política de Internacionalização das instituições que integram a RFEPECT

Em março de 2022, foi publicado, pelo Conif, o documento Diretrizes para a Elaboração da Política de Internacionalização das Instituições que Integram a RFEPECT, sob coordenação do Conif, CRI, Assessoria Internacional do Conif, Forinter e, principalmente, a cargo do Grupo de Trabalho (GT) Política de Internacionalização. Na ocasião, o GT deu continuidade à formulação e atualização do documento cuja construção fora iniciada na reunião do Forinter, em Pelotas, no de 2017. Entretanto, não foi encontrada nenhuma informação no site do Conif acerca de outras entidades na elaboração do documento. Cabe destacar que o contexto da produção de texto de tal documento, a princípio, não contou com a participação da comunidade acadêmica

na figura de sindicatos, representações estudantis, entre outros segmentos da sociedade para fins de participação.

As diretrizes são de suma importância para toda a RFEPCT, uma vez que são utilizadas como documento base para o fornecimento de orientações para as instituições que integram a rede formularem as respectivas PIs de acordo com as características locais, sociais, geográficas, econômicas e culturais, em tese, alinhadas às singularidades e vocações institucionais.

Na perspectiva de sintetizar tal documento, a Figura 3, a seguir, apresenta um esquema ilustrativo das principais orientações do Conif para a elaboração da Política de Internacionalização.

Figura 3: Orientações do Conif para formulação da Política de Internacionalização



Fonte: elaborada pelos pesquisadores com base nas diretrizes do Conif (2022)

De modo geral, os princípios orientadores para formulação da PI, Figura 3, estabelecem o mecanismo de reciprocidade entre países e instituições, inclusive, que integram a própria RFEPCT. Entretanto, salientamos que o princípio da simetria, equidade, devam prevalecer nos desdobramentos políticos de tal diretrizes.

Conforme a Figura 4, discutimos as linhas de ação do Conif, uma vez que são vitais para o entendimento das PIs dos IFs investigadas nesta pesquisa.

Figura 4: Linhas de ação do Conif para formulação da PI



Fonte: elaborada pelos pesquisadores com base nas diretrizes do CONIF (2022)

Inicialmente, seguimos a divisão das linhas de ação estabelecidas pelo próprio Conif:

1) fortalecimento das parcerias já existentes: principalmente no contexto de influência mapeamos as instituições parceiras, bem como lançamos críticas e reflexões acerca dos reais interesses de tais organizações;

2) incremento da cooperação: destacamos positivamente a inclusão da perspectiva orientada para o incremento da cooperação com instituições situadas na América Latina, fortalecendo vínculos com países fronteiriços, reforçando acordos já existentes diplomaticamente, como o caso do Mercosul e com países do continente africano e instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Também enaltecemos a perspectiva orientada para internacionalização Sul-Sul e horizontal, como forma de aproximação com os países ditos emergentes estabelecendo relações simétricas de poder, deste modo evitando relações verticais de internacionalização, subordinadas, onde há o predomínio de relações assimétricas. Também vislumbramos possibilidades de ações concretas de internacionalização em casa numa perspectiva plural, inclusiva e equitativa, com parceiros institucionais que dispõem de interesses econômicos, sociais e culturais em comum;

3) posicionamento da rede federal junto à organismos e fóruns: antes do estabelecimento de qualquer posição junto aos organismos e fóruns, cabe a explicitação dos reais interesses, sobretudo econômicos, de tais organizações, justamente para minimizar tendências centradas única e exclusivamente na educação enquanto serviço para atender demandas mercadológicas apenas;

4) prospecção da rede federal para construção das novas alianças e parcerias: enfatizamos que alianças e parcerias necessitam estar alinhadas à solidariedade (conforme princípio orientador do próprio Conif), à colaboração, à

reciprocidade, justamente para que a RFECPT não reproduza, exerça, o poder de dominação diante de países e instituições parceiras em condições de fragilidade econômica, social e políticas;

5) aproximação da rede federal com agências de fomento nacionais e internacionais: denunciamos os riscos da aproximação com agências de fomento nacionais e internacionais onde o maior interesse é puramente econômico e mercadológico, sem quaisquer preocupações com a educação enquanto bem público.

A seguir, evidenciamos os resultados da pesquisa acerca das influências, concepções e estratégias de internacionalização da RFEPCT.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos processos de internacionalização do Conif, a presente pesquisa traz, nesta seção, evidências das instituições e organizações que exercem influência no contexto das PIs. Estabelecemos, então, segmentos, categorias, a fim de discutir o quanto interferem nas ações de internacionalização do Conif (nível macro). Ainda assim, reforçamos que os dados foram gerados a partir do próprio site do Conif, onde as organizações são citadas explicitamente, acompanhadas dos objetivos e das ações decorrentes da parceria. Neste sentido, o Quadro 4 categoriza as instituições e organizações que exercem influência nas PIs,

Quadro 4: Organizações que exercem influência nas PIs

Categorização	Organização
Influência nacional do setor público e privado	Agência Brasileira de Cooperação integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (Setor público)
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Setor público)
	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Setor privado)
Organismos Multilaterais	Centro Internacional UNESCO-UNEVOC de Educação e Treinamento Técnico e Profissional
	Federação Mundial de Colleges e Politécnicos
	Organização dos Estados Ibero-americanos
	Organização Universitária Interamericana
	Espaço Latino-americano e Caribenho de Educação Superior
Influência internacional do setor público do Sul global	Embaixada de Moçambique
	Instituto Tecnológico de Antioquia - Colômbia (TdeA)
Influência internacional do setor público no Conif	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos – Portugal
	Colleges and Institutes Canadá
	Embaixada da Espanha
	Organização Universitária Interamericana
	Embaixada da França
	Embaixada do Reino Unido
	Serviço Espanhol para a Internacionalização da Educação (SEPIE)
	AFS Intercultura Brasil

Influência internacional do setor privado no Conif	Associação Colombina de Instituições de Educação Superior com Formação Técnico-Profissional, Tecnológica ou Universitária (Aciet)
	Brazilian Student Association (Brasa)
	Campus Party Brasil
	CISCO
	Dharma Political Risk and Strategy
	HUAWEI
	Santander Universidades

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site do Conif. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>.

Com base no Quadro 4, destacamos a influência da Agência Brasileira de Cooperação na celebração de acordos com a CPLP. A seguir, conforme o Quadro 5, recorreremos, novamente, à técnica de AC, para fins de codificação das unidades de codificação (excertos) relativos às concepções de internacionalização nas PIs institucionais que, posteriormente, foram convertidas em categorias de análise.

Quadro 5: Análise de conteúdo das concepções de internacionalização

Categorias de análise	Códigos de análise	Instituto Federal	Unidades de codificação em destaque
Internacionalização tradicional	Mobilidade acadêmica	Todas	“fomentando ações que propiciem a mobilidade internacional de servidores e discentes” (p. 5, IFRS)
	Dupla diplomação	Todas	“oferta de dupla certificação e diplomação” (p. 4, IFFar)
	Parcerias e inovação	Todas	“Desenvolvimento de parcerias internacionais para produção tecnológica e ampliação do complexo produtivo e inovador” (p. 6, IFSC)
	Idiomas	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“realização de ações de formação em línguas adicionais” (p. 2, IFC)
	Cooperação	IFPR, IFSC, IFRS e IFFar	“Incremento da cooperação bilateral e multilateral” (p. 4, IFFar)
	Transversalidade Ensino, Pesquisa e Extensão	Todas	“Transversalidade da internacionalização, incluindo ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão” (p. 6, IFSC)
Internacionalização enquanto serviço	Ênfase qualificação profissional	Todas	“capacitando estudantes e servidores na realização de atividades internacionais (p. 6, IFSC)
	Formação para o trabalho	IFPR, IFSC e IFC	“provimento de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho por meio da formação diferenciada dos estudantes” (p. 5, IFSC)

Inclusão de migrantes	Português como de Língua Acolhimento	IFPR, IFSC e IFRS	“incentivar criação de cursos de Português como língua adicional para estrangeiros” (p. 5, IFPR) “cursos de Português como Língua Adicional (PLA) e Cultura Brasileira para estrangeiros” (p. 12, IFSC)
Experiência internacional e intercultural além da mobilidade acadêmica de saída	Experiência internacional e intercultural	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“comunidades de prática e os projetos conjuntos entre estudantes nacionais e estrangeiros” (p. 2, IFPR)
	Atração de estrangeiros	Todas	“ampliar a mobilidade receptiva, que se traduz na presença de discentes; servidores ou pesquisadores estrangeiros” (p. 4, IFPR)
Pluralidade, inclusão e equidade	Perspectiva plural, inclusiva e/ou equitativa	IFPR, IFSC, IFC e IFFar	“O IFSC assume o compromisso com a internacionalização e buscará desenvolvê-la de forma ativa, participativa e plural” (p. 10, IFSC)
Abordagem promissora e potente	Internacionalização virtual	IFPR, IFSC e IFRS	“promoção do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como mecanismo facilitador da mobilidade virtual” (p. 2, IFPR)
	Internacionalização do currículo	IFPR, IFSC e IFRS	“promover a internacionalização da matriz curricular dos cursos de graduação e Pós-Graduação” (p. 5, IFRS)
	Internacionalização integral	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“promover e ampliar a inserção internacional de estudantes, docentes e corpo técnico-administrativo da Instituição” (p. 1, IFC)
	Internacionalização Sul-Sul	IFPR, IFSC e IFFar	“a favorecer o desenvolvimento social, tecnológico e econômico por meio da cooperação Sul-Sul” (p. 2, IFPR)
	Internacionalização horizontal	IFPR, IFSC e IFFar	“fortalecimento e ampliação das parcerias já existentes a exemplo das ações da Rede com instituições do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (p. 4, IFFar)
	Internacionalização sustentável	IFPR, IFSC e IFC	“o desenvolvimento sustentável do Brasil no cenário internacional, e consequentemente dos contextos socioculturais regionais e locais” (p. 1, IFC)
Preservação da identidade cultural e respeito ao contexto local	Importância da identidade cultural local	IFPR, IFSC e IFC	“valorização da língua portuguesa, literatura, identidade cultural e demais manifestações linguísticas e culturais brasileiras” (p. 3, IFPR)
	Respeito ao contexto regional e local	IFPR, IFSC, IFC e IFFar	“O conceito de internacionalização, no âmbito desta Política, é percebido sob uma perspectiva crítica, incluindo o sujeito no contexto global, considerando sua identidade e realidade local (p. 4, IFSC)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas PIs das instituições consultadas

A partir do Quadro 4, definimos categorias de análise com base na formulação de códigos resultantes das unidades de codificação (evidências na PI pesquisada). Cada categoria é discutida a seguir:

a) internacionalização tradicional: tal categoria agrupa códigos de elevada frequência nas PIs de todas as instituições investigadas. Chamamos atenção para a concepção acerca da mobilidade acadêmica, destacando que as políticas apresentam capítulos específicos para tratar dessa modalidade de internacionalização. De certa maneira, essa exclusividade representa uma das concepções de internacionalização de maior prevalência nas instituições pesquisadas. Essas sinalizações também foram diagnosticadas na pesquisa de Pimentel (2020), no contexto do IF de Pernambuco. Nela, a mobilidade acadêmica foi a ação de maior destaque. Outra concepção de internacionalização com elevada frequência diz respeito à dupla diplomação, certificação ou titulação, para as quais todas as instituições buscam estabelecer estratégias de efetivação. Ainda assim, os documentos analisados apresentam concepções de internacionalização voltadas para a execução de parcerias, inovação e cooperação. A concepção de internacionalização atrelada aos idiomas foi encontrada nas políticas institucionais. A concepção de que a internacionalização permeia o ensino, a pesquisa e a extensão é reconhecida pelos formuladores das PIs, conforme a relevância destacada nos documentos;

b) internacionalização enquanto serviço: a categoria de análise resulta de duas codificações principais. A primeira, denominada ênfase na qualificação profissional, baseia-se na identificação de unidades de análise que concebem a internacionalização como um meio para o aprimoramento e a qualificação profissional de estudantes e servidores. A segunda, intitulada formação para o trabalho, reflete o entendimento de que a internacionalização promove inovação, empreendedorismo, formação qualificada e facilita o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho. Esse último código foi um dos achados da pesquisa de Delmaestro (2013), no contexto do IF do Espírito Santo, que sugeriu o rompimento com o modelo de internacionalização da educação profissional no nível técnico, tradicionalmente voltado diretamente ao mercado;

c) inclusão de migrantes: alinhada com os pressupostos da pesquisa, o código Português como Língua de Acolhimento (PLA) é uma concepção encontrada nas PIs do IFPR, IFSC e IFRS;

d) experiência internacional e intercultural além da mobilidade acadêmica de saída: a categoria também é um pressuposto da pesquisa para a qual denominamos dois códigos. O primeiro, a experiência internacional, permitiu encontrarmos unidades de codificação no IFPR, IFSC, IFC e IFRS. O outro código atribuído, atração de estrangeiros, foi encontrada enquanto concepção de internacionalização em todas PIs institucionais, o que configura esforços institucionais para corrigir assimetrias entre o elevado volume de mobilidades de saída e a baixa recepção de estudantes (mobilidade de entrada);

e) pluralidade, inclusão e equidade: outro pressuposto da pesquisa pôde ser observado no código perspectiva plural, inclusiva e/ou equitativa. Tal concepção foi encontrada na PI do IFPR, IFSC, IFC e IFFar, pois, na produção do texto da política,

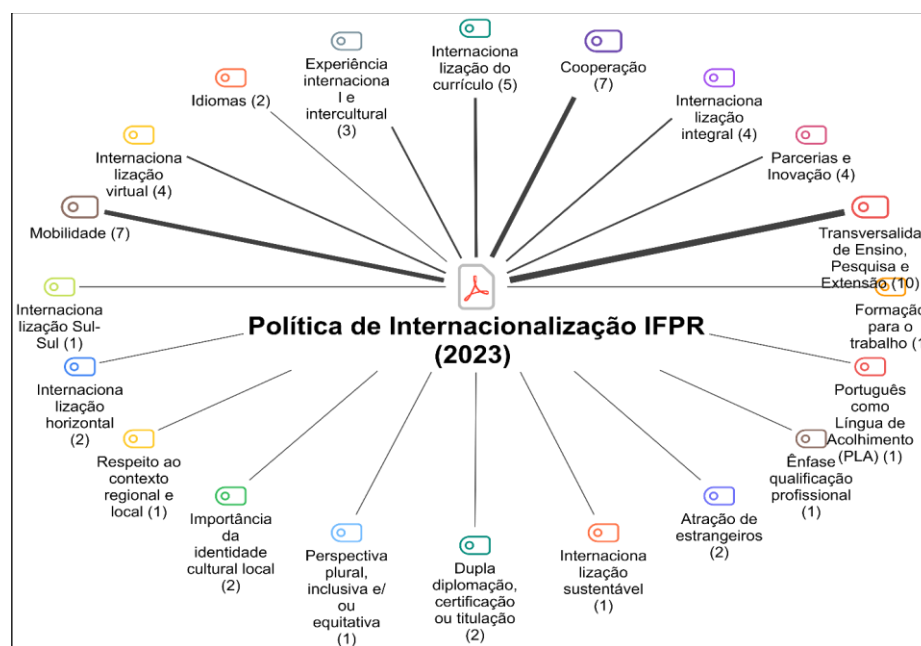
houve, por parte dos formuladores, intencionalidade traduzida nas unidades de codificação exemplificadas;

f) abordagem promessa e potente: definimos como códigos de análise as seguintes modalidades - internacionalização virtual, internacionalização do currículo, internacionalização integral, internacionalização Sul-Sul, internacionalização horizontal e internacionalização sustentável. Essas concepções foram encontradas na maioria das PIs das instituições consultadas.

g) preservação da identidade cultural e respeito ao contexto local: tal pressuposto da pesquisa foi dividido em dois códigos, importância da identidade cultural local e o respeito ao contexto regional e local. Essas evidências foram identificadas nas unidades de codificação presentes na maioria das políticas analisadas.

No sentido de analisar separadamente a ocorrência e a respectiva frequência dos códigos de análise, elaboramos um esquema para cada uma das PIs das instituições consultadas (Figura 5) e denotamos os códigos e a frequência acerca das concepções de internacionalização apenas do IFPR presentes na PI.

Figura 5: Frequência dos códigos acerca das concepções de internacionalização do IFPR



Fonte: Elaborada pelos autores com base na PI do IFPR

Na Figura 5, destacamos elevada presença do código relativo à transversalidade Ensino, Pesquisa e Extensão, seguido dos códigos de mobilidade e cooperação, ambos com sete códigos. Consideramos que a PI dispõe de várias perspectivas de internacionalização, inclusive com modalidades que vêm sendo difundidas institucionalmente, a exemplo da IaH. No Quadro 6, mediante pesquisa nas PIs das instituições consultadas, buscamos explicitar estratégias de

internacionalização institucionais. Do mesmo modo, utilizamos da AC para listar as estratégias presentes nos documentos.

Quadro 6: Análise de conteúdo das estratégias de internacionalização nas políticas

Categorias de análise	Códigos de análise	Instituto Federal	Unidades de codificação em destaque
Internacionalização tradicional	Mobilidade acadêmica	Todas	“serão incentivados programas de mobilidade e intercâmbio internacionais” (p. 3, IFC)
	Dupla diplomação	Todas	“Criar programas de dupla diplomação” (p. 9, IFSC)
	Parcerias e inovação	Todas	“prospectar parcerias com instituições estrangeiras para firmar acordos de cooperação internacional” (p. 4, IFRS)
	Idiomas	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“inserir o IFPR em um contexto global de educação, mediante o apoio ao fortalecimento dos centros de línguas da instituição (CELIF) e a outras ações que promovam o ensino de línguas nos campi da instituição” (p. 4, IFPR)
	Cooperação	IFPR, IFSC, IFRS e IFFar	“estabelecer acordos de cooperação com instituições estrangeiras” (p. 4, IFPR)
	Transversalidade Ensino, Pesquisa e Extensão	Todas	“institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal” (p. 3, IFFar)
	Infraestrutura	IFSC, IFPR e IFRS	“estabelecer e/ou aprimorar a infraestrutura do processo de internacionalização” (p. 3, IFRS)
	Fomento	Todas	“Prospecção de agências e instituições nacionais e internacionais de fomento” (p. 4, IFFar)
	Divulgação e visibilidade	Todas	“Propor mecanismos e indicadores que forneçam um panorama das ações e processos de internacionalização” (p. 2, IFC)
	Engajamento	IFPR, IFSC, IFRS e IFFar	“sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância das estratégias de internacionalização para o desenvolvimento institucional” (p. 3, IFRS)
Internacionalização enquanto serviço	Ênfase qualificação profissional	Todas	“estratégias relevantes para aperfeiçoar a qualidade do ensino, da pesquisa, da inovação, da extensão, da gestão e da qualificação de pessoal” (p. 3, IFPR)
	Formação para o trabalho	IFPR, IFSC e IFC	“provimento de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho por meio da formação diferenciada dos estudantes” (p. 5, IFSC)
Inclusão de migrantes	Português como de Língua Acolhimento	IFPR, IFSC e IFRS	“incentivar criação de cursos de Português como língua adicional para estrangeiros” (p. 5, IFPR) “cursos de Português como Língua Adicional (PLA) e Cultura Brasileira para estrangeiros” (p. 12, IFSC)
Experiência internacional e intercultural além da mobilidade acadêmica	Experiência internacional e intercultural	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“Sensibilização da comunidade acadêmica sobre os diferenciais da experiência internacional na formação acadêmica” (p. 5, IFSC)
	Atração de estrangeiros	Todas	“ampliar a mobilidade receptiva, que se traduz na presença de discentes; servidores ou pesquisadores estrangeiros” (p. 4, IFPR)
Pluralidade, inclusão e equidade	Perspectiva plural, inclusiva e/ou equitativa	IFPR, IFSC, IFC e IFFar	“o fomento de oportunidades visando à inclusão social” (p. 3, IFPR) “estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com a o princípio da educação como um bem público” (p. 3, IFFar)
Abordagem promissora e potente	Internacionalização virtual	IFPR, IFSC e IFRS	“utilizar ferramentas tecnológicas de informação e ensino a distância para desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas” (p. 5, IFRS)
	Internacionalização do currículo	IFPR, IFSC e IFRS	“Criar catálogo de oferta de disciplinas internacionais, preferencialmente em inglês e em espanhol” (p. 8, IFSC)

	Internacionalização integral	IFPR, IFSC, IFC e IFRS	“Envolvimento de docentes e técnicos com o processo de internacionalização” (p. 9, IFSC)
	Internacionalização Sul-Sul	IFPR, IFSC e IFFar	“Aumentar o número de parcerias com países de línguas latinas” (p. 9, IFSC)
	Internacionalização horizontal	IFPR, IFSC e IFFar	“fortalecimento e ampliação das parcerias já existentes a exemplo das ações da Rede com instituições do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (p. 4, IFFar)
	Internacionalização sustentável	IFPR, IFSC e IFC	“a instrução da comunidade acadêmica na compreensão crítica e reflexiva dos conceitos de cidadania nacional e global, incentivando o exercício dessa cidadania” (p. 3, IFPR)
	Preservação da identidade cultural e respeito ao contexto local	IFPR, IFSC e IFC	“internacionalização, no âmbito desta Política, é percebido sob uma perspectiva crítica, incluindo o sujeito no contexto global, considerando sua identidade e realidade local” (p. 4, IFSC)
	Respeito ao contexto regional e local	IFPR, IFSC, IFC e IFFar	“desenvolver relações entre culturas global, regional e local e não apenas entre os países” (p.3, IFPR)

Fonte: elaborado pelos pesquisadores (2024) com base nas políticas de internacionalização

Mediante Quadro 6, afirmamos que as estratégias mapeadas nas políticas estão em consonância com as concepções, uma vez que encontramos correlação entre a concepção acompanhada do conjunto de ações para sua efetivação. Todavia, enquanto estratégias que sobressaíram em frequência de ocorrência nos documentos, destacamos os seguintes códigos: infraestrutura; divulgação e visibilidade; fomento e engajamento, dos quais estão em plena sintonia com as diretrizes do Conif, conforme já discutido anteriormente no contexto macro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos achados da pesquisa, foram identificadas importantes inferências sobre as influências, concepções e estratégias presentes nas Políticas Institucionais (PIs) de internacionalização da RFEPCT. O Conif se destaca como instância deliberativa de caráter decisório, regulada pela SETEC/MEC, exercendo forte influência nas PIs por meio da CRI e do Forinter, que, por sua vez, replicam diretrizes às assessorias internacionais das instituições. O Forinter, por sua importância e atuação, constitui-se como o principal fórum de articulação e delineamento da perspectiva de internacionalização da rede. Observa-se, ainda, uma predominância da mobilidade acadêmica de saída como principal concepção de internacionalização. No entanto, outras abordagens mais plurais, inclusivas e equitativas também estão presentes, como a internacionalização em casa (IaH), a internacionalização do currículo (IoC), a internacionalização virtual e a internacionalização abrangente. As PIs demonstram, ainda, preocupação com a preservação da identidade cultural e o respeito aos contextos locais. Por fim, identificam-se estratégias voltadas à inclusão de toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de minimizar desigualdades sociais, econômicas e culturais. Enquanto síntese da pesquisa, concluímos, portanto, que a perspectiva de internacionalização plural, inclusiva e equitativa presente nas PIs

representa possibilidades, alternativas, para atender toda comunidade acadêmica, de modo a promover a preservação da identidade cultural e o respeito ao contexto local, assim sendo são formas de superação da concepção de internacionalização demasiadamente orientada para mobilidade acadêmica de saída, como também maneiras de minimizar desigualdades sociais, econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 3., 2018, Córdoba. **Declaração da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe**. Córdoba, Argentina, 2018. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DELMAESTRO, Maria Paula de Carvalho. **Os Desafios da Internacionalização da Educação Profissional Técnica: A Experiência do IFES**. 2013. 144 f. - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013. Disponível em: Acesso em: 16 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Conselho Superior. **Resolução nº 158/2019 - CONSUP**, de 19 de dezembro de 2019. Aprova a Política de Internacionalização do Instituto Federal Farroupilha. [S. I.], 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Conselho Superior. **Resolução nº 10/2020 - CONSUPER**, de 14 de fevereiro de 2020. Institui a Política de Internacionalização da Educação do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 072/2021 - CONSUP**, de 14 de dezembro de 2021. Aprova a Política de Internacionalização do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [S. I.], 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 132/2022 - CONSUP**, de 23 de agosto de 2022. Aprova a Política de Internacionalização do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Superior. **Resolução CONSUP nº 58**, de 11 de dezembro de 2023. Aprova a Política de Internacionalização do IFSC. Florianópolis, 2023.

PEREIRA, Elisabete Monteiro; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. **Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica**. [S. l.]: Edifurb, 2015.

PIMENTEL, Jussara de Freitas Magalhães. **O Processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**. 2020. 129 f. - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

STALLIVIERI, Luciane; MOROSINI, Marília; FELICETTI, Vera Lucia; WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle. **Parâmetros para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2022.

STALLIVIERI, Luciane; SNOEIJER, Enio; MELO, Pedro Antônio De. From a virtual to a hybrid model of internationalization: a case study in a higher education institution. **Revista CBTcle**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2022b. Disponível em: <https://revista.cbtecle.com.br>. Acesso em: 24 set. 2024.

THIESEN, Juares Da Silva. **Currículo e internacionalização na educação básica**. 1. ed. [S. l.]: Pimenta Cultural, 2021.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; CASSOL-SILVA, Carla Camargo; MOROSINI, Marília. Internationalization at Home and Virtual: A Sustainable Model for Brazilian Higher Education. **Journal of Studies in International Education**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 222–239, 2022. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10283153221076898>. Acesso em: 23 set. 2024.